

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR EM BOM JESUS DA LAPA: CONTRIBUINDO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ruth de Oliveira Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Antônio Domingos Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo traz o recorte de uma pesquisa, que teve como principal objetivo compreender como uma das principais políticas públicas do Governo Federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribui para o desenvolvimento socioeconômico das famílias de agricultores familiares do município de Bom Jesus da Lapa - Bahia. O PNAE tem como princípio ofertar uma alimentação saudável e equilibrada de acordo com Lei nº 11.947/2009, sendo assim, foi realizada uma entrevista na perspectiva da pesquisa qualitativa, com a nutricionista da rede de ensino e com os alunos da escola municipal Professora Egéria Valle Bello, em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Neste estudo, avaliamos a aceitação e a adesão da alimentação escolar dos estudantes do ensino fundamental I, bem como analisamos o cardápio e os itens oferecidos para educação básica do município. Com a análise do material coletado, percebemos a insatisfação dos alunos com a merenda escolar, verificou-se que apesar de 75,65% dos alunos merendarem com regularidade na escola, a aceitabilidade foi menor que 40%, no entanto, desse percentual 22,24% expressaram que não gostam da merenda servida na escola. O teor dessa pesquisa reflete que os recursos repassados pela União com valores muito baixos por alunos, é um dos principais motivos apontados, no qual os municípios oferecerem um cardápio pouco atraente, com baixo valor nutricional e pouca diversificada de alimentos.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento socioeconômico. Políticas Públicas.

Introdução

A realização dessa pesquisa teve como finalidade analisar a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como uma política pública que colabora com desenvolvimento da agricultura familiar. Com o andamento da pesquisa, esse trabalho se propõe a responder a problemática da ausência de alimentos saudáveis oferecidos na merenda escolar para os alunos das escolas das redes de ensino do município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico, no Oeste baiano. O referido município está às margens do Rio São Francisco, que detém atualmente a média de 69.662 habitantes, dos quais 20.397 vivem na zona rural, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE, 2017).

A agricultura de subsistência predomina em grande parte da zona rural do município e conta com localidades quilombolas, ribeirinhas e no “Perímetro de Irrigação Formoso”, este apresenta uma importante produção de frutas variáveis, tornando o município de Bom Jesus da Lapa, o maior produtor de banana do país, segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - (CODEVASF, 2020).

Nesta perspectiva, o município de Bom Jesus da Lapa, conta com inúmeras famílias de pequenos agricultores que produzem de forma sustentável em seus estabelecimentos, assegurando alimentos mais saudáveis e promissores na adequação a merenda escolar.

Quando empregadas adequadamente, as compras públicas – o poder de compra – podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável que proporciona dividendos sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promove a cultura da sustentabilidade (Morgan; Sonnino, 2010, p.72).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, implantado em 1955, atende alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O PNAE é regulamentado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola. Garantindo assim, uma alimentação saudável e equilibrada, para que o aluno tenha um rendimento escolar favorável de acordo com sua faixa etária e desenvolvimento biopsicossocial.

As diretrizes do programa também incluem: Inserção da educação alimentar e nutricional; Universalidade do atendimento; Participação da comunidade no controle social; Desenvolvimento sustentável; Direito à alimentação escolar de qualidade. Com bases nessas diretrizes compreendemos do PNAE, mostra que vai muito além da função de satisfazer as necessidades nutricionais dos alunos, enquanto permanecem na escola. O programa se apresenta também como modelo de programa social, cujos princípios são: reconhecer, concretizar e fortalecer o direito humano e universal à alimentação (FNDE, 2020).

A partir desse entendimento, consolidam-se a qualidade alimentar exigida pelo PNAE com os alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar, valorizando a

cultura local, os hábitos alimentares dos alunos e agregando a tudo isso a geração de emprego e renda para o município. Neste sentido Moreira alega que,

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local. (Moreira, 2019, p. 10).

A agricultura familiar garante não só prerrogativas de lucros para pequenos grupos familiares, como também exerce contrapartidas para o fortalecimento da economia dos municípios, estados e país.

Conhecendo o comprometimento e o cuidado do produtor campestre em produzir alimentos orgânicos, com baixo ou nenhum agrotóxico, com teor nutritivo bem a cima dos industrializados, o PNAE viu uma oportunidade de incorporar todas essas características na alimentação escolar. Para que esses produtos comesçassem a fazerem parte da merenda escolar, foi direcionado valor mínimo de repasse financeiro de 30%, onde tal porcentagem deverá ser utilizada na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações.

Diante de toda essa contextualização, o PNAE e a Agricultura familiar vem sendo inserida como uma ferramenta que baliza o planejamento a formação humana, favorecendo o resgate dos hábitos alimentares regionais no espaço escolar.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Os instrumentos de mediação metodológica da pesquisa, compõem um papel preponderante de transformar conhecimento cotidiano simples, em conhecimentos elaborados e científicos através de pesquisa e análise de conteúdos levantados. De acordo com Moreira e Santos (2019),

Para aprofundarmos melhor as análises da pesquisa, o método é essencial para a construção do conhecimento tanto teórico quanto empírico, sendo também, responsável pela direção do desenvolvimento dessa pesquisa acadêmica, não como um conhecimento imutável, estático e ausente ao objeto pesquisado, mas como um conhecimento passível de transformações próprias da realidade que são pertinentes ao dinamismo e à contrariedade de toda pesquisa. (MOREIRA; SANTOS, 2019, p. 27).

Para articulação desse trabalho, utilizamos na abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica no qual o princípio é a análise de materiais já produzidos, elaborados como livros, artigos científicos que contribuirá para o processo de construção das respostas ao objeto de estudo. Nesta linha compreendemos que autores como: Moreira (2019), Fonseca e Carlos (2015), Gil (2007), Santos (2011), Levy (2012), entre outros, fazem essas discussões pertinentes sobre a temática, embasando de forma pragmática e conceitual as vertentes do PNAE, numa perspectiva social, política e econômica.

Diante desse pressuposto Gil (2007, p. 17), define pesquisa como;

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Segundos Moreira (2019), só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. As razões que levam à realização de uma pesquisa científica podem ser agrupadas em razões intelectuais e razões práticas. Assim recorremos à utilização dessas práticas, como forma de procedimento concreto na realização objetiva da compreensão da realidade.

A pesquisa teve como centro, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, do município de Bom Jesus da Lapa, tendo em vista a aplicação do PNAE e sua relação com a agricultura familiar, bem como analisar as Políticas Públicas se aplicam nas redes de ensino do município. A coleta de dados partiu de entrevistas no ano de 2019 com a nutricionista da rede municipal de ensino e 197 estudantes da Escola Municipal Professora Egéria Valle Bello, Instituição de ensino de Fundamental I, do 1º ao 5º ano, mas a unidade escolar conta com um total 267 alunos (SEMED, 2021). Importante abordar que a pesquisa foi de cunho qualitativo que trabalha com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARD; SILVEIRA, 2009).

Quanto às análises dos dados, Duarte (2004) afirma que as entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Os dados coletados cooperaram com o olhar da proposta analisada, tanto no foco do aluno como do profissional que é responsável pela execução do PNAE.

PNAE e Agricultura Familiar: promovendo desenvolvimento socioeconômico local

O vínculo entre agricultura familiar com o PNAE é considerado uma conquista para os pequenos agricultores, pois de acordo com Moreira e Santos (2020), o PNAE funciona como um importante canal de comercialização, proporcionando ao agricultor familiar maior autonomia nas suas escolhas, mais visibilidade social e benefícios quanto à segurança alimentar da população.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório (FNDE, 2020)

O repasse dos recursos é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento, sendo as prefeituras e as escolas estaduais responsáveis pelo gerenciamento da alimentação escolar. Atualmente os estados podem delegar a seus municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas suas respectivas áreas de jurisdição, entendendo-se na Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009, como delegação de rede da alimentação escolar e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto do FNDE ao município da correspondente parcela de recursos. Para tanto, é necessário o consentimento da Prefeitura Municipal. (COELHO, 2012, p. 42).

Desta maneira, os municípios são responsáveis por organizar as chamadas públicas que permite aos agricultores familiares, participarem através das suas associações e cooperativas desse Instrumento Convocatório, direcionado ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local pelos pequenos agricultores.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por refeição de cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Tabela 01- Valores repassados pela união para aquisição da merenda escolar por aluno

ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO	VALOR DO REPASSE
Creches	1,07



Pré-escola	0,53
Escolas Indígenas ou quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de jovens e adultos	0,32
Ensino integral	1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,00
Alunos que frequentam o atendimento educação. Especializado no contra turno	0,53

Fonte: FNDE (2020)

Pelo PNAE, são atendidos mais de 40 milhões de estudantes em todo o país, com um investimento de R\$4 bilhões ao ano (FNDE 2019). No entanto o valor designado por aluno é muito baixo, como observamos na tabela 01, com esse valor de repasse tão abaixo para investimento na compra de alimentos saudáveis, os municípios e estados vêm a necessidade de entrarem com contrapartidas financeiras para complementarem o valor para adquirir alimentos com melhor valor nutricional como os alimentos oferecidos pela agricultura familiar.

O repasse da União é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2020).

Análises dos dados da pesquisa

A pesquisa que aconteceu com informações solicitadas a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em março de (2021), mas com alguns dados coletados nos anos de 2019 e 2020 do/a primeiro/a autor/a, para que pudesse enriquecer ainda mais as discussões dos dados. Desta forma, como foco o PNAE e os programas alimentares na rede municipal de Bom Jesus da Lapa, além da fiscalização dos Conselhos de Alimentação Escolar, é imprescindível a presença do nutricionista no contexto do PNAE, pois este profissional irá garantir a adequada oferta alimentar, considerando as necessidades nutricionais específica de cada faixa etária, ou seja, a nutricionista é a responsável técnico, que assumi as atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar.

Em entrevista realizada em 2019, com a nutricionista que atende as escolas municipais de Bom Jesus da Lapa, ela afirma que;

O Município atende todas as decisões legais do PNAE, principalmente os 30% investidos na agricultura familiar. Os itens adquiridos como frutas, verduras e hortaliças são direcionados as creches que necessita atender 70% das necessidades nutricionais dos alunos matriculados em período integral e 30% matriculados em jornada parcial. (NUTRICIONISTA DA REDE MUNICIPAL, 2019)

A nutricionista relatou que os alunos do Fundamental I, fazem uso do gênero alimentício entregue pela agricultura familiar vem de cooperativa, que fabricavam iogurte. Outros itens como pão de batata, peta, suco de manga, maracujá e goiaba também são itens produzidos pelos pequenos agricultores, entregue ao programa pelas associações. Contudo alimentos frescos como: frutas, verduras, hortaliças não fazem parte do cardápio das demais modalidades, pois o valor para aquisição desses produtos é muito baixo, para a compra desses alimentos. Ainda aborda a seguinte constatação:

O Município compreende a importância do consume de alimentos saudáveis na merenda escolar, porém o repasse que recebemos do FNDE, mal dá para o preparo do cardápio que hoje oferecemos. O Município sempre acrescenta em cima do valor por aluno de R\$ 0,36 para que o cardápio fique mais rico, respondendo aos cálculos do valor energético das porções diárias. (NUTRICIONISTA DA REDE MUNICIPAL, 2019).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2005), a Ingestão Diária Recomendada (IDR) é a quantidade de vitaminas, minerais e proteínas que deve ser consumida diariamente para que as necessidades nutricionais da maior parte dos indivíduos de uma população sadia sejam supridas. Para que o consumo de nutrientes atenda à IDR, é necessário o conhecimento das composições dos alimentos, uma vez que a composição é fundamental para avaliar e adequar à dieta (GONDIM et al., 2005).

A dieta preparada para os alunos não é pontual, quando necessário sofre ajuste, inserido no caso da educação infantil uma fruta da época, uma troca de alimento de acordo com a produção local. O preparo das alimentações sempre é orientado nas formações das merendeiras e das profissionais operacionais, questões como higiene e nutrição também fazem parte dessas orientações.

A entrevistada na oportunidade destaca que, são encontradas algumas dificuldades no setor da merenda que vai desde a elaboração do cardápio, onde deve-se se preocupar com o orçamento curto, alinhar os alimentos produzidos na região pela agricultura familiar com a logística de entrega complexa, pois as localidades são distantes da sede, e esses produtos *in natura* ou artesanais, sem adesão de conservantes, diminuindo o tempo de validade de

entrega e até consumo, todas essas questões são desafiadoras, pois a distribuição dos itens alimentares são diferentes de acordo com o atendimento de cada escola.

Nesse sentido, a rede municipal de ensino de Bom Jesus da Lapa, conta com um total 87 escolas municipais, sendo que 08 creches, 06 de Fundamental I (de 1º ao 5º ano) localizadas na sede, 7 de Fundamental II (do 6º ao 9º e EJA). As demais 66 escolas atendem o fundamental I e II. (SEMED, 2019). Todas essas instituições são atendidas pelo PNAE, isso significa que, os alunos de toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), como presumem o artigo 208, inciso IV e VII da Constituição Federal, recebem itens para preparo da merenda escolar.

Fonseca e Carlos (2015), vêm nos dizer que a merenda escolar foi uma política educacional, assumida pelo Brasil durante a década de 50 para atender e reduzir a evasão e a repetência e melhorar o rendimento escolar e ainda os hábitos alimentares. Considera-se importante instrumento de resgate da auto-estima do aluno, frente às adversidades enfrentadas no cotidiano dos mesmos. Monteiro (2005), enfatiza essa importância com seguinte fala:

Tanto a aprendizagem escolar, quanto o direito a uma alimentação balanceada estão intimamente ligados, ou seja, a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em vários estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia. (MONTEIRO, 2005).

Em sintonia com a relação entre alimentos saudáveis e merenda escolar, esse artigo vem responder se o município de Bom Jesus da Lapa consegue suprir as necessidades nutricionais dos beneficiados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o valor disponibilizado pela União para investimento da merenda escolar, que por sua vez é considerada uma Política Pública voltada à infância saudável, caracterizada pela preocupação com a saúde e a equidade, em todas as modalidades de ensino da educação Básica. Neste mesmo eixo, apresentamos o cardápio da merenda escolar do município, bem como analisamos a pesquisa realizada na Escola Municipal Professora Egéria Valle Bello,

que atende crianças e adolescentes do 1º ao 5º ano do fundamental I um com faixa etária de alunos com idade entre 6 a 15 anos.

De acordo com orientações do FNDE (2019), o cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, o planejamento do cardápio, bem como o acompanhamento de sua execução deve está aliado para o alcance do objetivo do PNAE.

Desta forma, o emprego de alimentos saudáveis é essencial para um cardápio que atenda todas as faixas etárias, evitando segundo orientações da PNAE, alimentos processados de baixo valor nutricional, ricos em açúcar, gordura, sal, embutidos, doces, alimentos compostos e preparações semi-prontas.

No quadro 02, encontra-se a relação da alimentação escolar dos alunos da sede (zona urbana), oferecido pela rede municipal de ensino de Bom Jesus da Lapa/Ba.

Quadro 01 - Cardápio da merenda escolar (Fundamenta I)

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Suco + bolacha	Macarrão + salsicha	Iogurte + Bolacha	Feijão Farofado + calabresa	Arroz + carne moída

Fonte: SEMED - Setor: merenda escolar 2017.

O cardápio da merenda escolar das escolas da sede, especificamente dos alunos do Fundamental I, apresenta uma alimentação pobre em nutrientes e ricos em gorduras, com grande concentração de condimentos por serem de origens industrializadas.

Diante desta situação, foi percebido que as merendas distribuídas nas Escolas do município estudado, não atende o valor nutricional de acordo com as regras do PNAE. Para o correto planejamento dos cardápios, é necessário ofertar no mínimo 20% das precisões nutricionais diárias em 01 (uma) refeição para estudantes matriculados na educação básica, em período parcial.

Nesta conjuntura, conhecer as preferências alimentares a partir da realização de diagnósticos é imprescindível na busca de maior aceitação e adesão dos alunos à alimentação oferecida no ambiente escolar (FNDE, 2019). Estes diagnósticos de preferências alimentares contribuem para o processo de avaliação do desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da análise de indicadores como

a aceitabilidade e a adesão às refeições consumidas pelos alunos das unidades escolares (SILVA et al., 2001).

As informações coletadas na Escola Municipal Egéria Valle Bello, com 197 alunos do Fundamental I, abordaram a aceitação da merenda escolar. As perguntas foram realizadas de forma objetiva, com os seguintes resultados:

Quadro 02 - resultados da avaliação sobre a aceitação das refeições oferecidas na escola

PERGUNTAS AOS ALUNOS	SIM	NÃO	ÀS VEZES
Você gosta da merenda oferecida na escola?	69	45	83
Você come a merenda na escola?	154	16	27
Você repete a merenda oferecida na escola	31	72	94
Você gostaria da inclusão de frutas, verduras e sucos naturais no cardápio.	149	26	22

Fonte: elaborado pelos autores, 2019

Observamos que há pouca variedade alimentar e o baixo valor nutricional, ocasiona entre os alunos a insatisfação na aceitação das refeições oferecidas na escola, de acordo com a pesquisa, 35,02% dos alunos gostam da merenda escolar, 22,8% não gostam da alimentação oferecida, e a grande maioria dos alunos 42,13% gostam da merenda às vezes. O interessante dessa interpretação polissêmica, é que mesmo 22,84% dos alunos responderem que não gostam da merenda oferecida, 78,17% comem a merenda ofertada na escola. Em contrapartida desse percentual 8,12% não comem a merenda. Constatou-se também que apenas 15,73% dos estudantes têm interesse em repedir a refeição, quando há oferta da possibilidade.

Sabemos que o cardápio da merenda escolar, deve incentivar o consumo de frutas, verduras e legumes, viabilizando no mínimo 03 (três) porções, (200g/aluno/semana) de frutas e hortaliças, sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas *in natura*. Na análise, 75,63% dos alunos pesquisados, gostariam da inclusão de frutas, verduras e sucos naturais no cardápio. Isso é especialmente importante, na medida em que o consumo de frutas e hortaliças pela população brasileira é reconhecidamente muito baixo (LEVY et al., 2012).

No quadro 03, apresentamos o cardápio da modalidade Ensino de Jovens de Adultos - EJA. Na qual deve ser priorizada uma alimentação reforçada, balanceada que atenda a demanda nutricional de jovens e adultos em sua grande maioria trabalhadores.

Quadro 03 - Cardápio merenda jantinha (Educação de Jovens e Adultos - EJA)

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Feijão Farofado com Charque	Arroz com Carne em Pedacos	Macarronada de Frango	Arroz+ Macarrão+ Carne Moída	Cuscuz + Café com Leite

Fonte: SEMED - Setor: merenda escolar 2020.

O cardápio oferecido a EJA, tem alimentos ricos em proteína, carboidratos, porém as frutas e verduras que complementam essa alimentação, não foram encontrados nesta disposição ofertada aos alunos. Entretanto, com o valor irrisório disponibilizado pela União por cadastrado no censo escolar (Ensino Fundamental R\$ 0,36; e EJA R\$ 0,32), visualiza a impossibilidade de elaborar um cardápio com mais diversidade e rico em valores nutricionais.

Visto isso, as alimentações das Creches sofrem alterações significativas na inclusão da educação alimentar e nutricional no processo escolar. Na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, garantindo, portanto, o caráter de desenvolvimento pedagógico na primeira infância.

Quadro 04 - cardápio merenda creche

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Desjejum Vitaminas de banana + pão caseiro	Desjejum Suco + bolacha maisena	Desjejum Mingau de cremogema	Desjejum Café + leite + cuscuz + margarina	Desjejum Suco + bolacha cream crack
Almoço Arroz + feijão+ frango	Almoço Macarrão+ Frango	Almoço Arroz+ macarrão ao molho com carne moída	Almoço Arroz+ carne moída+ cenoura	Almoço Arroz + carne de panela+ feijão+ batata
Lanche Fruta Maçã	Lanche Fruta Banana	Lanche Fruta Laranja	Lanche Fruta Mamão	Lanche Fruta Banana
Jantinha Refogado de carne moída + Arroz	Jantinha Macarronada de Frango	Jantinha Sopa de legumes	Jantinha Arroz + Ensopado de Frango	Jantinha Vitamina de frutas + pão caseiro

Fonte: SEMED - Setor: merenda escolar 2020

Vale ressaltar que os valores repassados para Creches, têm um reajuste de R\$ 0,71 em comparação ao ensino Fundamental. Diante disso, é possível melhorar o cardápio da Educação Infantil, inseridas frutas *in natura*, verduras, sucos naturais e cereais. Com a introdução desses alimentos, a escola passa a ser um local estratégico para a oferta desses nutrientes, incentivando as crianças desde pequenas a formarem hábitos alimentares saudáveis, a partir da exposição frequente e intensiva a alimentos saudáveis (BRASIL, 2008).

Importante salientar que no município de Bom Jesus da Lapa, pequenos agricultores que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF – foi criado pelo governo federal em 1995. O seu objetivo é oferecer um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários.

Para isso, as ações devem ser desenvolvidas em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas, melhorando a qualidade de vida das famílias no entorno. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é um documento que identifica o produtor familiar e necessário para que esse agricultor possa participar das políticas públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo federal.

Nesse sentido, as cooperativas e associações se organizam na perspectiva de pequenos agricultores familiares de forma coletivamente, e conquistam, avançam na comercialização de alimentos saudáveis para PNAE, como também o PAA, promovendo transformações na realidade das localidades que fornecem para esse programa, como: Mossorongo (57,2 km de distância da sede), Projeto Formoso (30 km de distância da sede), Tanque Novo (45 km de distância da sede) entre outras comunidades adjacentes do município de Bom Jesus da Lapa.

Essas comunidades produzem alimentos orgânicos e artesanais para atenderem as demandas da merenda escolar da rede de ensino, contribuem satisfatoriamente para o fortalecimento de emprego e renda no município de Bom Jesus da Lapa, confirmando assim, sua importância para o equilíbrio socioeconômico. Assim, o PNAE assume seu verdadeiro papel substancial, sanar lacuna de um direito básico e fundamental para a sobrevivência e dignidade humana que é a alimentação de qualidade.

Considerações finais

Para a realização deste artigo, buscamos analisar e trazer dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que se apresenta como uma estratégia de promoção da alimentação saudável. A alimentação escolar começou a adquirir um caráter mais efetivamente relacionado ao contexto do processo ensino-aprendizagem e assumir a dimensão de prática pedagógica, de ação educativa, visando à promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional no município de Bom Jesus da Lapa Bahia.

Resignificar a alimentação escolar é uma das bases para uma educação de qualidade, pois sabemos que a falta de uma boa alimentação ou a escassez dela, diminuem o rendimento escolar, condições favoráveis a capacidade de concentração, e conseqüentemente, a aprendizagem.

O FNDE por meio PNAE, transfere recursos financeiros aos municípios, custeando a alimentação escolar em toda rede municipal, contudo esses recursos como vistos, não conseguem suprir as necessidades vigentes dos alunos, que por sua vez são sujeitados a uma alimentação pobre em nutrientes e ricos em gorduras saturadas, sódio e corantes.

Para sanar esse déficit, a prefeitura municipal de Bom Jesus da Lapa, entra com contra partida financeira de acordo com informações do “Setor de Merenda” do referido município, para essa complementação, porém o que é investido não é suficiente para preparar um cardápio atraente e saboroso. Neste contexto 64,97% dos alunos entrevistados da Escola Municipal Professora Egéria Valle Bello, não gostaram da merenda oferecida ou relataram que essa aceitação depende do que é preparado no dia. Essa sinalização, alerta o quanto é importante uma variação saudável dos alimentos, bem como a impotência do preparo e qualidade dos produtos.

Para que essa realidade seja transformada, atendendo o princípio de uma alimentação saudável, de qualidade, proporcionado melhor qualidade de vida para os alunos da rede pública, é necessárias duas medidas a princípio; maior repasse por refeição para os alunos matriculados e fiscalização mais efetiva do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, na elaboração do cardápio e compra de itens para merenda escolar.

Em concordância com Fogaça (2017), o PNAE é uma importante política pública que contribui não só para a nutrição de crianças e adolescentes que frequentam a escola, ela também estimula a permanência da criança, na dinâmica pedagógica. O programa é um importante incentivador para o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para o campo da alimentação, por valorizar alimentos orgânicos com produções sustentáveis. A agricultura familiar por responder essa expectativa é a principal beneficiada dessa política pública. A valoração dos orgânicos se fundamenta no fato de estes serem isentos de produtos químicos prejudiciais à saúde, além de apresentarem maior biodisponibilidade de micronutrientes (GONZALEZ-CHICA et al., 2013).

De uma maneira geral, observa-se na sistematização dos dados em Bom Jesus da Lapa que, apesar da garantia do repasse financeiro, há várias discrepâncias em relação à execução do PNAE conforme rege as legislações. Os dados aqui apresentados mostram a necessidade de uma maior atenção ao Programa, de maneira a garantir uma alimentação escolar dentro de princípios que promovam a segurança alimentar e nutricional. O desenvolvimento de novos estudos avaliativos sobre o Programa é fundamental para o fornecimento de subsídios aos gestores públicos para aprimorar a execução do PNAE.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDARTE, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. (org) **Por uma Educação do Campo** – Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

FALEIRO, Wender; CARDOSO, Elisandra Carneiro de Freitas; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães (orgs.). **Nucleação ou exclusão escolar?** Caminhos e descaminhos da política de fechamento das escolas do campo. - Goiânia / Kelps, 2020.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. "**Agricultura e Desenvolvimento Sustentável**"; *Brasil Escola*. 2017. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/agricultura-desenvolvimento-sustentavel.htm>. Acessado em: 12 de Mar. 2021

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba **Cadastro Frutícola do Vale do São Francisco**. Brasília, 2020.

DUARTE, Roseli. **Entrevista em pesquisa qualitativa**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

FONSECA, Auremary Nazareth Gome; CARLOS, Jose. **Merenda escolar: um estudo exploratório sobre a implementação do programa nacional de alimentação na escola – PNAE, na unidade integrada padre newton pereira em são Luís Auremary Nazareth Gomes** Fonsec. 2015.

FNDE. **Dinheiro na escola**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/perg-dinheiro-direto-na-escola>>. Acessado em: 10 de Mar. 2021

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: agricultura familiar, primeiros resultados**. Rio de Janeiro. 2017.

INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2021. Brasília: MEC, 2011.



GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZALEZ-CHICA, D. A. et al. Percepção dos cozinheiros escolares sobre o processo de utilização de produtos orgânicos na alimentação escolar em municípios catarinenses. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 407-418, jul./ago. 2013.

GONDIM, J. A. M. **Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas**. Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, v. 25, n. 4, p. 825-827, out.-dez. 2005.

LEVY, R. B. et al. **Distribuição regional e socioeconômica da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2008-2009**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 6-15, fev. 2012.

Lei 11947/09 | **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>. Acessado em: 10 de Mar. 2021

MELÃO, Barreto Ivo. **Produtos sustentáveis na Alimentação Escolar: O PNAE No Paraná**. V.2, n.2, jul. Dez.

MOREIRA, A. D. **A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco** – APAB no município de Riacho de Santana – BA (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MOREIRA, A.D. SANTOS, A.R. **Nucleação ou exclusão escolar?** Caminhos e descaminhos da política de fechamento das escolas do campo. - Wender Faleiro, Elisandra Carneiro de Freitas Cardoso, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (orgs.) - Goiânia / Kelps, 2020.

MOREIRA, A.D. SANTOS, A.R. LUCENA, A.A. **O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento**. Revista Brasileira de Educação do Campo, Vitória da Conquista, 2021.

MONTEIRO, C. A. **Análise do Inquérito “Chamada Nutricional 2005”**. Ministério da Saúde. 2005.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. **Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público**. In: WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do Mundo: transformando culturas - do consumismo à sustentabilidade. Bahia: UMA, 2010. p.72-78.

OLIVEIRA, A. F.; ROMAN, J. A. **Nutrição para tecnologia e engenharia de alimentos**. Curitiba: CRV, 2013.



PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escola. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2013. PARANÁ. Instruções Normativas nº 001 SUDE/ DILOG/ CANE.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação. **Parecer das nucleações:** escolas do campo. Bom Jesus da Lapa- Bahia, 2019.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação. **Setor-Merenda escolar.** Bom Jesus da Lapa- Bahia, 2020.

SANTOS, Suelí Almeida dos. **Agricultura científica e o planejamento regional:** o perímetro de irrigação formoso. Caminhos de geografia - revista online. 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo. Edusp, 4ª ed. 6ª reimpressão, 2011.

AUTORES/AS:

Ruth de Oliveira Sousa

Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública - UNEB; Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar - EEA (Escola de Engenharia e de Agricultura da EEMBA); Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: ruthinha@yahoo.com.br

Antônio Domingos Moreira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia IF-Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Montenegro; Professor da Rede Municipal de Educação do município de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: tony.dom1987@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.^a Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC/DCIE/UESC/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com